



Agenda 2030 e os Desafios para os Municípios Brasileiros

Tardes de Conhecimento – Forum Nacional de Auditoria

13 de abril de 2021

Paula Alexandra Nazareth

Auditora de Controle Externo do TCE-RJ

Os cinco P da Agenda 2030



Plano de ação para as Pessoas, o Planeta e a Prosperidade por meio de Parcerias:

- fortalecer a Paz universal com mais liberdade;
- erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões incluindo a **POBREZA EXTREMA**

=> maior desafio global ao desenvolvimento sustentável!

Desenvolvimento Sustentável

Ideia de transformar as vidas das gerações presentes e futuras sem causar danos ao planeta ou degradar os recursos naturais.

Significa investir na economia global e na vida das pessoas.

Garantir que crescimento econômico e individual ocorra de forma sustentável

Enfrentar a mudança do clima e promover o desenvolvimento sustentável

Atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

Agenda 2030

2015: Agenda, com metas até 2030, foi oficialmente adotada pelos líderes mundiais na Cúpula da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, após 2 anos de negociações, com contribuições da sociedade civil

Resultou da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002 (Rio+10), da Cúpula de 2010 sobre os ODM, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio+20):

- ✓ Declaração “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”
- ✓ 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ✓ 169 metas
- ✓ uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais
- ✓ um arcabouço para acompanhamento e revisão.

Agenda 2030 : Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS:

- integrados e indivisíveis
- mesclam as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental (+institucional)
- requerem parceria global (e nacional e local): todos os governos e poderes, sociedade civil, setor privado, academia, mídia e ONU
- desafio da governança para alcance de metas ambiciosas
 - => Todos são chamados a participar ativamente, de forma integrada, em parceria

Agenda 2030 : Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade:

⇒ Lema: **“Não deixar ninguém para trás”**

 **OBJETIVOS**  **DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



3 SAÚDE E BEM-ESTAR



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



5 IGUALDADE DE GÊNERO



6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



14 VIDA NA ÁGUA



15 VIDA TERRESTRE



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO




OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Agenda 2030: importância do Local

Avança na linha das Agendas 21 e do Milênio (ODM): propostas participativas para políticas e ações, em curto prazo, voltadas ao desenvolvimento humano em bases ambientalmente sustentáveis e no marco da promoção de direitos humanos:

=>reconhecem local como fundamental para sucesso das ações!

Orienta para superar desafios: oferece parâmetros internacionalmente acordados (não obriga!) para atuação dos governos (todos):

⇒ assegurar vida digna e saudável a todos os habitantes das cidades

⇒ objetivo alinhado com Nova Agenda Urbana (2016): defende direito das pessoas a cidades justas, acessíveis, resilientes e sustentáveis

Condições agravadas pela crise econômica e pandemia, especialmente nos países em desenvolvimento – desafiam governos locais

Agenda 2030 no Brasil

- 2014: constituído Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030, com mais de 40 organizações, elabora Relatório LUZ)
- 2016: instalada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS, Decreto nº 8.892/16)
- 2017: Plano de Ação para 2017/2019 e criação do *Prêmio ODS* (2018): orientar implementação compartilhada entre os diferentes entes federativos e dar visibilidade a ações territoriais
- 2019: CNOODS extinta pelo Decreto nº 9.759/19, bem como a Política Nacional de participação social: governo federal muda política diante da agenda global pactuada e veta referência à Agenda 2030 como diretriz no Plano Plurianual 2020/23 (“... contrário a sua natureza puramente recomendatória, um grau de cogência e obrigatoriedade jurídica, em detrimento do procedimento dualista de internalização de atos internacionais”...)
- 2021: Sociedade brasileira, instituições privadas e públicas – governos subnacionais e poderes, Comissão Parlamentar em Apoio aos ODS, Tribunais de Contas (Atricon e IRB), organizações da sociedade civil – seguem trabalhando pela implementação, controle e monitoramento do cumprimento da Agenda 2030.

Agenda 2030: Indicadores para Monitoramento e Avaliação

Desafio: Como avaliar e monitorar cumprimento dos ODS:

Países se comprometeram com desenvolvimento conjunto de indicadores; Brasil desempenhou papel relevante no processo – amplo e participativo

Produção dos Indicadores Globais no Brasil (abril/2021):
34% produzidos, 39% em construção e 24% sem dados

253 indicadores globais:

- **87 - Produzido** (eram 82 em dez/2020)
- **98 - Em análise/construção**
- **60 - Sem Dados**
- **8 - Não se aplica ao Brasil**

“Governos locais e desafios da Agenda 2030 no Brasil” (2018)

Autoria: Paula Nazareth (TCE-RJ)

Objetivo: analisar importância da Agenda 2030 e ODS 11 para governos locais brasileiros:

- papel que desempenham e possibilidades de atuação
- condições para alcançar metas do ODS 11

Justificativa:

- Apesar de avanços com ODM, permanecem graves problemas pela concentração populacional nas cidades, com impactos negativos sobre ambiente e as pessoas:

=> países signatários incluíram ODS 11: tornar cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Estrutura do trabalho: “Governos locais e desafios da Agenda 2030 no Brasil”

Importância: contexto de crises econômica e fiscal => dificuldades de financiamento para atendimento de demandas sociais e gestão de cidades que crescem de forma desordenada (responsabilidades atribuídas pela CF/88) + **pandemia!**

Desafio: Modificar realidade excludente encontrada em muitas áreas do Brasil, transformando gestão dos espaços urbanos:

- desigualdades (econômica, social, de acesso, de gênero);
- grande concentração populacional nas regiões metropolitanas
- elevado déficit habitacional com esvaziamento das áreas centrais das cidades e expansão desordenada das periferias, habitações precárias
- agravamento da violência, especialmente contra mulheres e negros,
- carências de infraestrutura: sem saneamento básico adequado, sem transporte seguro e acessível
- poluição e degradação ambiental...

Agendas 2030 e Nova Agenda Urbana e o ODS11

- **Oportunidade para Brasil** – orientações, possíveis caminhos e alternativas para desenvolvimento sustentável e inclusivo nas áreas urbanas e rurais
- **Implementação** (internalização e interiorização) impõe enfrentar questão crítica da governança:
 - ⇒ exige condições técnicas e humanas, integração e coordenação, especialmente em contexto federativo complexo, em que falta a coordenação federal
 - ⇒ Planejamento é fundamental: adequar ações das políticas públicas aos planos nacionais e regionais e aos orçamentos, reforçando o comprometimento com o alcance dos ODS

Estrutura do trabalho: “Governos locais e desafios da Agenda 2030 no Brasil”

Possibilidades e papel dos governos municipais: gestores devem incorporar metas às políticas e projetos governamentais :

⇒ promove integração entre estruturas locais de governança e sustentabilidade das iniciativas – acordos e articulação com outros agentes territoriais, envolvidos ativamente na mobilização e no monitoramento das ações da Agenda 2030

⇒ especial relevância em contextos metropolitanos, como o do RJ

⇒ Orientações (guias e manuais)

- **Indicadores para Monitoramento e Avaliação do ODS 11**

ODS 11 - Tornar cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Apesar de avanços com ODM, permanecem graves problemas pela concentração populacional nas cidades, com impactos negativos sobre ambiente e as pessoas => países signatários incluíram ODS 11:

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Metas englobam habitação, mobilidade, acessibilidade, gestão de resíduos sólidos, poluição e saneamento, planejamento e aumento de resiliência dos assentamentos humanos; diferenciam necessidades das áreas rurais, peri-urbanas e urbanas

Implementação impõe enfrentar questão crítica: governança!

Indicadores ODS para Monitoramento e Avaliação

ODS 11:

Metas: 10

- Se aplicam ao Brasil – 10
- Adequadas à realidade nacional – 10
- Finalísticas – 6 (1, 2, 3, 5, 6, 7)
- Implementação – 4 (4, a, b, c)
- Criadas – 0

Indicadores globais: 14

- Produzido – 6 (43%)
- Em análise/construção – 1 (7%)
- Sem Dados – 7 (50%)
- Não se aplica ao Brasil - 0



ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis

Metas e Indicadores nacionais

11.1 - Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

PRODUZIDO 11.1.1 - Proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados

11.2 - Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

SEM DADOS 11.2.1 - Proporção de população que tem acesso adequado a transporte público, por sexo, idade e pessoas com deficiência

11.3 - Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

SEM DADOS 11.3.1 - Razão da taxa de consumo do solo pela taxa de crescimento da população

PRODUZIDO 11.3.2 - Proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática

ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis

Metas e Indicadores nacionais

11.4 - Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

SEM DADOS 11.4.1 - Total da despesa (pública e privada) per capita gasta na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural, por tipo de patrimônio (cultural, natural, misto e por designação do Centro do Patrimônio Mundial), nível de governo (nacional, regional e local), tipo de despesa (despesas correntes/de investimento) e tipo de financiamento privado (doações em espécie, setor privado sem fins lucrativos e patrocínios)

11.5 - Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

PRODUZIDO 11.5.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes

SEM DADOS 11.5.2 - Perdas econômicas diretas em relação ao PIB, incluindo danos causados por desastres em infraestruturas críticas e na interrupção de serviços básicos

ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis

Metas e Indicadores nacionais

11.6 - Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

EM ANÁLISE/CONSTRUÇÃO 11.6.1 - Proporção de resíduos sólidos urbanos regularmente coletados e com destino final adequado no total de resíduos sólidos urbanos gerados, por cidades

SEM DADOS 11.6.2 - Nível médio anual de partículas inaláveis (ex: com diâmetro inferior a 2,5 µm e 10 µm) nas cidades (população ponderada)

11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

SEM DADOS 11.7.1 - Proporção da área construída nas cidades que é espaço público aberto para uso de todos, por sexo, idade e pessoas com deficiência

SEM DADOS 11.7.2 - Proporção da população vítima de assédio físico ou sexual, por sexo, grupo etário, pessoas com deficiência e local da ocorrência, nos últimos 12 meses

ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis

Metas e Indicadores nacionais

11.a - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

PRODUZIDO 11.a.1 - Existência de políticas urbanas nacionais ou planos de desenvolvimento regional que (a) respondem à dinâmica populacional; (b) garantem um desenvolvimento territorial equilibrado; e (c) possuem responsabilidade fiscal

11.b - Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

PRODUZIDO 11.b.1 - Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030

PRODUZIDO 11.b.2 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres

ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis

Metas e Indicadores nacionais

11.c - Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

SEM METODOLOGIA GLOBAL 11.c.1 - Proporção do apoio financeiro aos países menos desenvolvidos destinado à construção e modernização de edifícios sustentáveis, resistentes e eficientes em termos de recursos, utilizando materiais locais

**Indicador 11.1.1 - Proporção de população urbana vivendo em
assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados – 2010**

Brasil e Unidades da Federação	(%)
Brasil	41,4
Rondônia	86,3
Acre	77,3
Amazonas	72,0
Roraima	59,0
Pará	85,2
Amapá	88,5
Tocantins	71,1
Maranhão	77,1
Piauí	68,5
Ceará	59,3
Rio Grande do Norte	54,7
Paraíba	49,6
Pernambuco	54,0
Alagoas	71,7
Sergipe	48,4
Bahia	51,0
Minas Gerais	23,4
Espírito Santo	31,1
Rio de Janeiro	41,1
São Paulo	23,7
Paraná	35,6
Santa Catarina	29,5
Rio Grande do Sul	31,1
Mato Grosso do Sul	63,3
Mato Grosso	66,4
Goiás	56,5
Distrito Federal	23,9

Indicador 11.3.2 - Proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática – 2012 (continua)

Brasil e Unidade da Federação	Existência do conselho estadual de política urbana, desenvolvimento urbano, da cidade ou similar	Número de municípios	Conselho municipal de política urbana, desenvolvimento urbano, da cidade ou similar, paritário e que tenha feito pelo menos uma reunião nos últimos 12 meses		
			Municípios sem	Municípios com	Municípios com (%)
Brasil	-	5565	4788	777	14
Rondônia	NÃO	52	47	5	9,6
Acre	NÃO	22	20	2	9,1
Amazonas	SIM	62	59	3	4,8
Roraima	SIM	15	14	1	6,7
Pará	SIM	143	114	29	20,3
Amapá	NÃO	16	13	3	18,8
Tocantins	SIM	139	130	9	6,5
Maranhão	NÃO	217	197	20	9,2
Piauí	NÃO	224	217	7	3,1
Ceará	SIM	184	168	16	8,7
Rio Grande do Norte	SIM	167	157	10	6
Paraíba	NÃO	223	217	6	2,7
Pernambuco	SIM	185	172	13	7
Alagoas	NÃO	102	95	7	6,9
Sergipe	SIM	75	67	8	10,7
Bahia	SIM	417	378	39	9,4

Indicador 11.3.2 - Proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática – 2012 (conclusão)

Brasil e Unidade da Federação	Existência do conselho estadual de política urbana, desenvolvimento urbano, da cidade ou similar	Número de municípios	Conselho municipal de política urbana, desenvolvimento urbano, da cidade ou similar, paritário e que tenha feito pelo menos uma reunião nos últimos 12 meses		
			Municípios sem	Municípios com	Municípios com (%)
Brasil	-	5565	4788	777	14
Minas Gerais	SIM	853	776	77	9
Espírito Santo	SIM	78	53	25	32,1
Rio de Janeiro	SIM	92	63	29	31,5
São Paulo	NÃO	645	559	86	13,3
Paraná	SIM	399	284	115	28,8
Santa Catarina	SIM	293	214	79	27
Rio Grande do Sul	SIM	496	358	138	27,8
Mato Grosso do Sul	SIM	78	63	15	19,2
Mato Grosso	SIM	141	131	10	7,1
Goiás	SIM	246	222	24	9,8
Distrito Federal	SIM	1	0	1	100

**Indicador 11.5.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes – 2015/2017
(continua)**

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Ano		
	2015	2016	2017
Brasil	333,7	134,8	232,7
Norte	1.615,8	25,6	751,0
Rondônia	335,8	22,4	62,7
Acre	4.701,0	-	543,6
Amazonas	5.785,2	91,9	2.142,9
Roraima	21,2	5,4	106,8
Pará	99,0	5,1	476,9
Amapá	335,7	0,3	191,0
Tocantins	-	-	-
Nordeste	208,3	213,3	353,5
Maranhão	39,4	34,2	34,7
Piauí	9,4	215,5	319,0
Ceará	397,6	309,7	316,3
Rio Grande do Norte	145,3	136,6	57,0
Paraíba	-	-	69,0
Pernambuco	275,7	173,7	864,6
Alagoas	15,3	269,0	802,2
Sergipe	0,3	-	5,1
Bahia	316,5	354,7	308,0

Fonte: Ministério da Integração Nacional - MI, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC; Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID.

IBGE - Diretoria de Pesquisas - Coordenação de População e Indicadores Sociais; Estimativas da população residente, com data de referência em 1º de julho.

Indicador 11.5.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes – 2015/2017 (conclusão)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Ano		
	2015	2016	2017
Brasil	333,7	134,8	232,7
Sudeste	37,9	115,3	74,1
Minas Gerais	48,3	125,0	68,4
Espírito Santo	273,2	455,4	94,6
Rio de Janeiro	5,6	86,7	109,5
São Paulo	24,3	91,3	61,8
Sul	844,2	122,9	250,5
Paraná	61,3	38,3	6,2
Santa Catarina	1.154,2	155,8	428,6
Rio Grande do Sul	1.433,2	187,0	384,7
Centro-Oeste	19,0	103,2	47,0
Mato Grosso do Sul	65,2	555,9	48,1
Mato Grosso	17,1	29,6	102,6
Goiás	9,7	3,7	40,2
Distrito Federal	-	1,0	-

Fonte: Ministério da Integração Nacional - MI, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC; Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID.

IBGE - Diretoria de Pesquisas - Coordenação de População e Indicadores Sociais; Estimativas da população residente, com data de referência em 1º de julho.

Paula Nazareth 2021

Indicador 11.a.1 - Existência de políticas urbanas nacionais ou planos de desenvolvimento regional que (a) respondem à dinâmica populacional; (b) garantem um desenvolvimento territorial equilibrado; e (c) possuem responsabilidade fiscal

Ano	Indicador 11.a.1 - Existência de políticas urbanas nacionais ou planos de desenvolvimento regional que (a) respondem à dinâmica populacional; (b) garantem um desenvolvimento territorial equilibrado; e (c) possuem responsabilidade fiscal
2008	SIM
2009	SIM
2010	SIM
2011	SIM
2012	SIM
2013	SIM
2014	SIM
2015	SIM
2016	SIM
2017	SIM
2018	SIM
2019	SIM
2020	SIM

Indicador 11.b.1 - Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030

	2015	2016	2017	2018
Existência de conhecimento dos riscos de desastres no Brasil (Nenhuma)	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de sistema de monitoramento e alerta para redução do risco de desastres no Brasil (Nenhuma)	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de Força Tarefa Nacional para redução do risco de desastres no Brasil (Nenhuma)	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de difusão e comunicação para redução do risco de desastres no Brasil (Nenhuma)	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de capacidade de resposta para redução do risco de desastres no Brasil (Nenhuma)	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte:

Indicador 11.b.2 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres, de acordo com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres - 2017

Brasil e Unidades da Federação	(%)
Brasil	33,8
Rondônia	21,2
Acre	36,4
Amazonas	66,1
Roraima	40
Pará	30,6
Amapá	43,8
Tocantins	5
Maranhão	12,4
Piauí	4
Ceará	31
Rio Grande do Norte	7,8
Paraíba	10,8
Pernambuco	32,4
Alagoas	35,3
Sergipe	18,7
Bahia	19,2
Minas Gerais	32,4
Espírito Santo	93,6
Rio de Janeiro	88
São Paulo	43,6
Paraná	54,9
Santa Catarina	58,3
Rio Grande do Sul	49,3
Mato Grosso do Sul	49,4
Mato Grosso	16,3
Goiás	12,6
Distrito Federal	100

“Desafios da cidadania: análise da desigualdade de gênero e acesso à informação no Brasil” (2018)

Coautoria: Paula Nazareth e Marcia Vasconcellos dos Santos (TCE-RJ)

Objetivo: investigar relação entre governança democrática, governo aberto e desigualdade de gênero => evidencia importância da eliminação das barreiras que impedem o pleno exercício das capacidades das mulheres para aperfeiçoar CIDADANIA!

Questão: Como TRANSPARÊNCIA e ACESSO À INFORMAÇÃO podem contribuir para minimizar/reduzir desigualdade de gênero no Brasil

Pressuposto: DIREITO À INFORMAÇÃO é essencial à efetivação de outros direitos; contribuir para o debate sobre a eliminação das barreiras que impedem pleno exercício das capacidades de mulheres e meninas

Justificativa do trabalho: “Desafios da cidadania: análise da desigualdade de gênero e acesso à informação no Brasil”

MULHERES são mais da metade da população brasileira (52% em 2010), mas estão SUBREPRESENTADAS na vida pública e política:

- REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: apenas 15% na Câmara de Deputados (federal) e 13,5% nas Câmaras de Vereadores (municipais);
- VIOLÊNCIA: mulheres sofrem com alarmantes índices no país (agravado com pandemia);
- TRABALHO: apesar de mais escolarizadas que os homens têm OPORTUNIDADES DESIGUAIS no acesso especialmente aos cargos gerenciais e RECEBEM REMUNERAÇÕES INFERIORES às dos homens;
- TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO: principais responsáveis, incluindo cuidados de pessoas (idosos, crianças, doentes)

=> restringe acesso a direitos e as oportunidades de superação das desigualdades, especialmente para as mais pobres, indígenas e negras.

Estrutura do trabalho: “Desafios da cidadania: análise da desigualdade de gênero e acesso à informação no Brasil”

- **Discussão de conceitos:** governança democrática, cidadania, governo aberto, acesso à informação e participação no Brasil:
 - ⇒ Transparência é valor fundamental para cidadania ao permitir acesso a informações e dados;
 - ⇒ contribui para promover a participação de todos e todas na escolha das prioridades e no controle da execução das políticas públicas.
- **Agenda 2030:** ODS 5 estabelece metas para igualdade de gênero, enfatizando a importância do acesso a informação para o acompanhamento e monitoramento da gestão pública, bem como a sua contribuição para uma governança calcada em transparência e participação social.
- **Implementação e Monitoramento da Agenda 2030 e do ODS 5**
- **Indicadores e Informações sobre desigualdade de gênero no Brasil:** contribuem para fundamentar debate sobre principais desafios enfrentados pelas mulheres brasileiras – agenda indispensável para aprimorar democracia.

ODS 5

ODS: destaca o combate às discriminações e violências de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas para que possam atuar na promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da participação na política, na economia, e em diversas áreas, por seus efeitos multiplicadores (ONU, 2015)

- igualdade de gênero: não apenas direito humano fundamental; “base necessária para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável”
- desenvolvimento sustentável “não será alcançado se as barreiras tangíveis e intangíveis que impedem o pleno desenvolvimento e exercício das capacidades de metade da população não forem eliminadas”

(Plataforma Agenda2030, <http://www.agenda2030.org.br/>)

ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Apesar de avanços com ODM, permanecem desafios que justificam inclusão na Agenda do ODS 5:

5 IGUALDADE
DE GÊNERO



Metas cobrem temas como a violência, saúde reprodutiva, reconhecimento do trabalho de assistência e doméstico não remunerado, igualdade no acesso às tecnologias da informação e a efetividade do arcabouço específico de políticas de redução das desigualdades de gênero, entre outras

Indicadores ODS para Monitoramento e Avaliação

ODS 5:

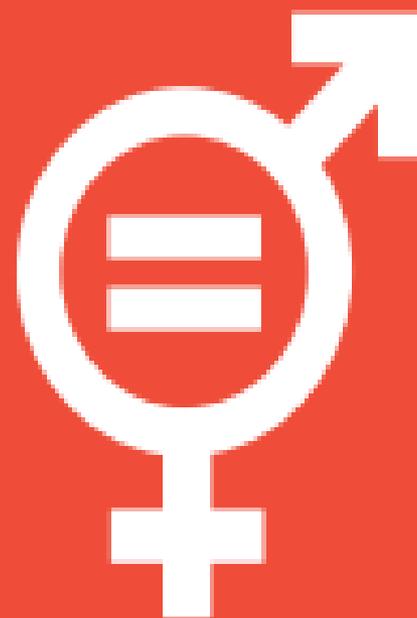
Metas: 11

- Se aplicam ao Brasil – 11
- Adequadas à realidade nacional – 9
- Finalísticas – 10
- Implementação – 1
- Criadas – 2

Indicadores globais: 14

- Produzido – 4 (29%)
- Em análise/construção – 1 (7%)
- Sem Dados – 8 (57%)
- Não se aplica ao Brasil – 1 (7%)

5 IGUALDADE
DE GÊNERO



ODS 5. Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas - Metas e Indicadores nacionais, segundo disponibilidade

Meta	5.1 - Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda partes
SEM DADOS	5.1.1 - Existência ou não de arcabouço legal em vigor para promover, reforçar e monitorar a igualdade e a não-discriminação com base no sexo
Meta	5.2 - Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
SEM DADOS	5.2.1 - Proporção de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que sofreram violência física, sexual ou psicológica, por parte de um parceiro íntimo atual ou anterior, nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade
SEM DADOS	5.2.2 - Proporção de mulheres e meninas de 15 anos ou mais que sofreram violência sexual por outras pessoas não parceiras íntimas, nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência
Meta	5.3 - Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
SEM DADOS	5.3.1 - Proporção de mulheres com idade de 20 a 24 anos que casaram ou viveram em união de fato antes dos 15 anos e antes dos 18 anos de idade
NÃO SE APLICA AO BRASIL	5.3.2 - Proporção de meninas e mulheres com idade entre 15 e 49 anos que foram submetidas a mutilação genital feminina, por grupo etário

ODS 5. Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas - Metas e Indicadores nacionais, segundo disponibilidade

Meta	5.4 - Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
PRODUZIDO	<u>5.4.1 - Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo, idade e localização</u>
Meta	5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
PRODUZIDO	<u>5.5.1 - Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais</u>
PRODUZIDO	<u>5.5.2 - Proporção de mulheres em posições gerenciais</u>

ODS 5. Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas - Metas e Indicadores nacionais, segundo disponibilidade

Meta	5.6 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão
EM ANÁLISE/ CONSTRUÇÃO	5.6.1 - Proporção de mulheres com idade entre 15 e 49 anos que tomam decisões informadas sobre suas relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados com saúde reprodutiva
SEM DADOS	5.6.2 - Número de países com legislação e regulamentação que garantam o acesso pleno e igualitário de mulheres e homens, com 15 anos ou mais de idade, aos cuidados, informação e educação em saúde sexual e reprodutiva
Meta	5.a - Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
SEM DADOS	5.a.1 - (a) Proporção da população agrícola total com propriedade ou direitos assegurados sobre terras agrícolas, por sexo; e (b) proporção de mulheres entre proprietários e detentores de direitos sobre terras agrícolas, por tipo de posse
SEM DADOS	5.a.2 - Proporção de países onde as estruturas legais (incluindo o direito consuetudinário) garantem às mulheres direitos iguais à propriedade e / ou controle da terra

ODS 5. Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas - Metas e Indicadores nacionais, segundo disponibilidade

Meta	5.b - Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
PRODUZIDO	<u>5.b.1 - Proporção de pessoas que possuem telefone celular móvel, por sexo</u>
Meta	5.c - Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis
SEM DADOS	5.c.1 - Proporção de países com sistemas para monitorar e fazer alocações públicas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres

Indicador 5.4.1 - Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo, idade e localização – 2019

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (%) - Pessoas de 14 anos ou mais de idade	
	Sexo	
	Homens (%)	Mulheres (%)
Brasil	5,3	11,8
Norte	5,3	11,3
Nordeste	4,5	11,9
Sudeste	5,6	12,3
Minas Gerais	5,3	12,9
Espírito Santo	5,5	11,6
Rio de Janeiro	6,1	11,3
São Paulo	5,6	12,5
Sul	5,8	11,3
Centro-Oeste	4,9	10,7

Indicador 5.5.1 - Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais – 2018/2016

5.5.1.a - Proporção de assentos ocupados por mulheres eleitas em parlamentos nacionais – 2018

Brasil e Unidades de Federação	Eleitas		
	Câmara dos Deputados (1)		
	Total de assentos	Ocupados por mulheres:	Proporção de mulheres (%)
Brasil	513	77	15,0
Minas Gerais	53	4	7,5
Espírito Santo	10	3	30,0
Rio de Janeiro	46	10	21,7
São Paulo	70	11	15,7

5.5.1.b - Proporção de assentos ocupados por mulheres eleitas em governos locais – 2016

Brasil e Unidades de Federação	Eleitas		
	Câmara dos Vereadores (2)		
	Total de cadeiras	Total de mulheres	Proporção de mulheres (%)
Brasil	57.933	7.821	13,5
Minas Gerais	8.481	920	10,8
Espírito Santo	856	79	9,2
Rio de Janeiro	1.190	107	9,0
São Paulo	6.976	855	12,3

Fonte: TSE. Repositório de dados eleitorais. Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Paula Nazareth 2021

Indicador 5.5.2 - Proporção de mulheres em posições gerenciais – 2019

Grandes Regiões e Unidades da Federação	SEXO	
	Homens	Mulheres
	Proporção (%)	Proporção (%)
Brasil	62,6	37,4
Norte	62,4	37,6
Nordeste	59,1	40,9
Sudeste	62,7	37,3
Sul	63,2	36,8
Centro-Oeste	67,2	32,8

Indicador 5.b.1 - Proporção de pessoas que possuem telefone celular móvel, por sexo - 2019

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que possuem telefone móvel celular	
	Sexo	
	Homens	Mulheres
	(%)	(%)
Brasil	79,3	82,5
Norte	66,5	72,8
Nordeste	69,0	75,4
Sudeste	85,2	86,2
Minas Gerais	81,7	84,0
Espírito Santo	83,0	85,4
Rio de Janeiro	85,6	85,7
São Paulo	86,8	87,5
Sul	85,2	87,2
Centro-Oeste	86,3	88,3

ODS 5: Desafios do Brasil

Brasil é “um dos países mais desiguais do mundo, desigualdade em parte explicada pelas relações de gênero, em suas diversas intersecções com raça, etnia, território, sexualidade, deficiência, entre outros”.

(IPEA, Cadernos ODS. ODS 5)

“Apesar dos esforços, com o passar dos anos, não foi possível observar grandes avanços em políticas públicas que beneficiassem as brasileiras. O Brasil construiu arcabouços legais que são exemplares, porém direcionados à questão do combate à violência contra a mulher, tendo sido deixado de lado o desenvolvimento de políticas que trabalhassem em prol da equidade de gênero, buscando a interseccionalidade da temática com outras áreas e temas (...) ...a ausência de programas com repasses financeiros para que houvesse uma maior capilaridade das políticas públicas acabou por consolidar um cenário onde o que está previsto em lei não tem reflexo na realidade.”

(CNM, Coleção Gestão Pública Municipal Novos Gestores 2021-2024.
MMM e Mulheres, Municipalismo brasileiro mais inclusivo)

ODS 5: Desafios do Brasil

Escassez de recursos para execução de políticas: poucos municípios conseguem manter financeiramente e executar políticas públicas para mulheres que “sejam de fato pensadas para solucionar gargalos sensíveis em maior escala”:

“Perante o cenário crescente de violação dos direitos das mulheres e conseqüentemente maior situação de vulnerabilidade, é urgente pensar estratégias que contem com aparato financeiro e institucional das organizações competentes federais de modo a estimular a realização de atividades nos Municípios que não onerem ainda mais os cofres públicos.

É fundamental que as ações desenvolvidas no âmbito federal tenham objetivos claros e estratégias bem articuladas de envolvimento dos Municípios, respeitando o que é de sua competência e viabilizando ações que gerem resultados positivos em seus territórios”

(CNM. MMM e Mulheres, Municipalismo brasileiro mais inclusivo)

Agenda 2030: Desafios dos governos locais

Em março de 2021, governos dos países da América Latina e do Caribe (no Fórum sobre o Desenvolvimento Sustentável 2021) reafirmaram:

- compromisso com a unidade, a cooperação, o multilateralismo e com uma recuperação transformadora, requisito fundamental para a implementação da Agenda 2030
- endossaram a inadiável urgência de construir sociedades justas, sustentáveis que enfrentem a desigualdade e garantam cidadania e direitos;
- compromisso de atuar conjuntamente como região para garantir o acesso às vacinas e compartilhar capacidades e experiências para que a vacinação contra a COVID-19 alcance toda a população

Agenda 2030: Desafios dos governos locais

Desafios para avançarmos rumo a um futuro inclusivo e sustentável - sem “deixar ninguém para trás”:

- falta de coordenação das ações e políticas públicas governamentais pelo governo federal
- desafios institucionais (descontinuidade de estruturas e diretrizes)
- reforçar capacidade estatal nos municípios (gestão financeira, recursos humanos, tecnologia da informação e planejamento e infraestrutura)
- fortalecer cultura de planejamento: necessidade de planos plurianuais e planos diretores municipais em alinhamento aos ODS
- desafio do enfrentamento multidimensional e intersetorial trazido pelo agravamento da pandemia:

Agenda 2030: Desafios dos governos locais

“Ouvimos nessa reunião e reafirmo hoje: não há para onde voltar. Temos que ir rumo a um futuro diferente. América Latina e Caribe não pode continuar tolerando a injustiça estrutural que a distingue. É hora de acabar com a cultura do privilégio, com as desigualdades e de erradicar a pobreza em todas as suas formas. A prioridade deve estar no emprego com direitos e em construir um futuro com plenos direitos a uma proteção social universal”

(Alicia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL/ONU, no encerramento do Fórum dos Países da ALC sobre Desenvolvimento Sustentável 2021)

Obrigada!

Paula Nazareth
paulanazareth@gmail.com